

# A Educação a Distância nas Políticas Públicas da Universidade Aberta do Brasil: uma Revisão Sistemática

## Distance Education in Public Policies of the Open University of Brazil: a Systematic Review

Andreine Lizandra dos Santos<sup>ab</sup>; Carlos Fernando Jung<sup>cd</sup>; Daniel Luciano Gevehr<sup>\*de</sup>

<sup>a</sup>Universidade Federal de Pelotas. RS, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade FEEVALE. RS, Brasil.

<sup>c</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, Brasil.

<sup>d</sup>Faculdades Integradas de Taquara. RS, Brasil.

<sup>e</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos. RS, Brasil.

\*E-mail: [danielgevehr@hotmail.com](mailto:danielgevehr@hotmail.com)

---

### Resumo

A Educação a Distância (EaD), nos últimos anos, vem despontando no cenário mundial e provocando profundas transformações no processo de globalização das relações sociais e econômicas. E o fomento da EAD, no Brasil, tem nas políticas o seu crescimento. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi apresentar, identificar, descrever e analisar artigos científicos sobre Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil e políticas públicas em educação. E para isso, foi realizada uma revisão sistemática nas bases de dados do portal dos Periódicos Capes e da Scielo, no período de 1979 a 2020, sem levar em consideração ao idioma dos artigos pesquisados. Conclui-se que ainda há poucos estudos no que se relaciona a Universidade Aberta do Brasil, e uma quantidade considerável quanto à educação a distância e políticas públicas, porém uma enorme possibilidade para que se façam outras pesquisas naquelas áreas, já que seus assuntos não estão esgotados.

**Palavras-chave:** Ensino à Distância. Ensino Superior. Brasil.

### Abstract

The purpose of this article was to present, identify, describe and analyze scientific articles on Distance Education, Open University of Brazil and public policies in education. Therefore, a systematic review was carried out in the of portal of Periódicos Capes and Scielo databases, from 1979 to 2014, without considering the researched articles language. It is concluded that there are still few studies regarding the Open University of Brazil, and a considerable amount regarding distance education and public policies, but a huge possibility for further research in those areas, since their subjects are not depleted .

**Keywords:** Distance Learning. University Education. Brazil.

---

### 1 Introdução

A educação a distância vem crescendo extraordinariamente em todas as partes do mundo. E o incentivo se deve às inúmeras possibilidades advindas das novas Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) e por sua inserção em todos os processos produtivos. O que faz com que cada vez mais cidadãos e instituições vejam, nessa forma de educação, um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e o expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida, pois, segundo Melo, Bianchini de Melo e Nunes (2009), a educação já está firmada em todo o mundo como uma função do Estado, e também um caminho para que as pessoas se desenvolvam, além de ser um direito inalienável.

Trata-se de uma modalidade de ensino ligada ao fenômeno tecnológico global e da internet, que embora recorra a tais usos, é importante destacar que mantém os princípios de transmitir saberes e conhecimentos. E a comunicação entre alunos e professores ocorre em lugares diversos, em um curto ou longo espaço de tempo através de uma interação de conhecimentos e informações. Notadamente, as pessoas passaram a mudar seus padrões comportamentais, o que pode ser considerado

uma revolução na comunicação. Essa dinamicidade de acesso vem mostrar o quão importante é aproximar as distâncias do conhecimento e o desenvolvimento profissional das novas competências e habilidades que nascem.

Outro aspecto a ser considerado é de que a EaD oportuniza uma educação de indivíduos resilientes e eficientes, que buscam uma aprendizagem que qualifique para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. O caráter catalizador e multiplicador da EaD vem dar condições às pessoas de se tornarem dinâmicas e, cada vez mais eficientes, em uma sociedade que exige tais qualidades.

Neste contexto, a educação a distância funciona hoje como um grande catalizador, idealizador e multiplicador de conhecimento, em que pessoas que não têm condições de acessar informações em ambientes físicos conseguem de maneira simples, rápida e dinâmica consumir conteúdos cada vez mais personalizados e eficientes por intermédio da educação a distância. De acordo com Nunes (1994), a EaD representa um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais abrangente que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos

serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Tem-se no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, a definição de EAD, em que a mediação didático-pedagógica ocorre por atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

E apesar do conceito, definido em lei, outros autores fazem suas ponderações acerca da educação a distância, se fixando em algumas características que acreditam ser importantes para a mesma. No entanto, todos os conceitos criados deixam claro que o desafio de educar e educar-se a distância é grande, e que existem bases para orientar alunos, professores, técnicos e gestores na busca por maior qualidade dessa forma de educação ainda pouco explorada no Brasil.

E como referenciado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tem-se no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição”, em que pela primeira vez na história Constitucional se explicita a declaração dos Direitos Sociais, destacando-se, como primazia, a educação. Que é complementado pelo artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. O que se classifica como uma política pública, justificada na afirmação de Goldin (2003 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p.185) que uma política pública deve ter origem de uma vontade pública, e de diferentes setores da sociedade, o que de certa forma ocorreu pela representatividade que o povo deu aos seus representantes no momento da escrita da Carta Constitucional de 1988.

No Brasil, existe o Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, que regulamenta o projeto da Universidade Aberta do Brasil, que visa formar professores da Educação Básica, e com prioridade os que são dirigentes, gestores e trabalhadores em Educação Básica dos Estados, municípios e do Distrito Federal. Essa iniciativa representa uma articulação coerente de medidas na área da educação, que vem transformar a realidade existente. Assim, encontra-se em Heidemann (2010) que afirma que a política pública, que é o caso da Universidade Aberta do Brasil, vai além da perspectiva governamental, na medida em que o Governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política.

Assim, o objetivo deste artigo é o de evidenciar e analisar as contribuições advindas de pesquisas como foco na compreensão da relação que se estabelece entre a educação a distância, políticas públicas e a Universidade Aberta do Brasil, bem como de que forma esses elementos são percebidos por aquelas. Para tanto, o presente artigo está dividido da seguinte forma: procedimentos metodológicos, resultados que têm como subdivisões a fonte de base de dados *Scielo*, Periódicos Capes e síntese das publicações; análise e discussão dos resultados; conclusões e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas no decorrer do trabalho. Todos esses elementos visaram incorporar uma revisão bibliográfica da literatura, para a construção de futuras pesquisas nos assuntos que foram aqui apresentados em uma breve explanação, já

que os assuntos não se esgotam, tendo em vista as crescentes transformações que ocorrem na sociedade atual.

Nesse contexto, quer-se contribuir nesta pesquisa com o estudo de fontes de dados que se relacionam com a EaD, políticas públicas e a UAB. E que ao fim, ter-se-á uma visão de diferentes autores que farão com que se compreenda a importância deste tipo de pesquisa no meio acadêmico no uso de pesquisas futuras.

## 2 Material e Métodos

Segundo Linde e Willich (2003), este tipo de investigação disponibiliza um resumo de evidências que unidas a uma estratégia de intervenção específica e feita através de uma aplicação de determinado método explícito e sistematizado de busca, vai fazer uma apreciação crítica e sintética da informação. E, além disso, serão extremamente úteis para que se integrem informações a um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinado conteúdo, que certamente auxiliará em futuras investigações.

Para tanto, Sampaio e Mancini (2007) descrevem a revisão sistemática como uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, e define seu método como uma pergunta clara e estratégia de busca, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão dos estudos. E assim, parte-se para uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada. Assim, o que se fez, foi: a) identificar a necessidade da revisão; b) criar uma forma de revisão; c) identificar a fonte de pesquisa; d) selecionar os trabalhos; e) avaliar os trabalhos selecionados; f) separar os trabalhos em vieses periódicos, resenhas, teses, dissertações; g) extrair os dados a partir de palavras, de expressões; h) revisar os dados; i) apresentar o resultado da pesquisa em uma tabela e; j) analisar a tabela obtida.

Assim, inicialmente, foi estabelecido que os critérios para a inclusão nas bases de dados seriam conter (i) a palavra educação a distância; (ii) políticas públicas no sentido de educação aplicada ao Ensino Superior; (iii) Universidade Aberta do Brasil, e por fim, (iv) ser artigo científico. E, além disso, não haveria nenhuma exclusão com relação ao ano de publicação, ao idioma e ao país de origem daqueles artigos.

Em uma segunda etapa, foi escolhida a base de dados para a pesquisa, que foi (i) *Scielo* e Periódicos Capes. A partir das bases de dados, foram selecionados em torno de dois mil artigos que incorporaram todas as palavras mencionadas. No entanto, a necessidade de se fazer uma seleção se fez de extrema importância, tendo em vista que alguns artigos se mostram insatisfatórios para a busca da pesquisa a ser feita. Por isso, Levy e Ellis (2006) declaram que uma revisão bibliográfica consiste em um processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos para então criar um embasamento teórico-científico, ou estado de arte, sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado.

A terceira etapa consistiu em fazer uma tabela, sendo que para isso, foram elencados para a análise final os seguintes elementos: (i) a palavra educação a distância; (ii) políticas públicas no sentido de educação aplicada ao Ensino Superior; (iii) Universidade Aberta do Brasil; (iv) ser artigo científico; (v) país de publicação; e (vi) área de publicação. Posteriormente, serão feitos gráficos para uma melhor explicitação da análise dos resultados. E por fim, analisar os resultados obtidos a partir de gráficos que demonstrem o uso das palavras supracitadas, país, ano e área de publicação.

### 3 Resultados e Discussão

A seguir têm-se os resultados obtidos a partir das bases de dados utilizadas. A partir da pesquisa feita no *SciELO* obteve-se a resposta do Quadro 1, em que se relacionou as palavras a serem pesquisadas e a quantidade de artigos por ano. O Quadro 1 representa a pesquisa feita no *SciELO*, tendo como base ter no título as palavras constantes na tabela, bem como o número de artigos publicados por artigo e todos no Brasil. Ressalta-se que a quantidade no total se caracteriza como uma amostragem de cem por cento. Em um primeiro prognóstico, percebe-se que o assunto Universidade Aberta do Brasil ainda não é muito explorado, enquanto a educação a distância apresenta uma quantidade significativa de artigos, e por fim, as políticas públicas que se apresentam como um tema com várias publicações.

**Quadro 1** – SciELO - artigos por ano

Ano	Educação a Distância	Políticas Públicas	Universidade Aberta do Brasil
1979	0	1	0
1984	0	1	0
1997	1	2	0
1998	0	4	0
1999	0	4	0
2000	0	0	0
2001	1	0	0
2002	4	5	0
2003	9	16	0
2004	1	20	0
2005	5	13	0
2006	8	24	1
2007	6	32	0
2008	11	16	0
2009	10	33	0
2010	9	48	0
2011	6	39	1
2012	8	54	0
2013	7	43	0
2014	6	34	1
2015	47	390	11
2016	37	363	14
2017	42	368	10
2018	43	427	12
2019	31	413	14
2020	55	527	0
<b>TOTAL</b>	<b>342</b>	<b>2889</b>	<b>64</b>

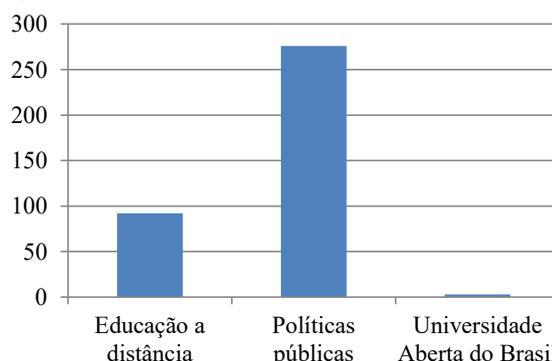
Fonte: dados da pesquisa.

O Quadro 1 representa a pesquisa feita no banco de dados Scielo, sendo que havia sido usado a procura pelo assunto, a partir das palavras constantes naquela, bem como o número de artigos publicados. Ressalta-se que não havia sido levado em consideração o país de publicação, mas somente se o assunto estava de acordo com a pesquisa a ser feita, pois ao acionar o banco de dados, muitos artigos aparecem, porém nem sempre correspondem à necessidade do pesquisador.

A presente base de dados elenca uma gama de artigos, teses e dissertações de renomadas universidades, as quais possuem conteúdos dos mais variados. E nesse caso, exige-se uma análise bastante apurada, tendo em vista que nem sempre o conteúdo necessário para a pesquisa encontra-se no título ou mesmo no assunto, mas em partes ou em elementos do artigo, tese ou dissertação encontrado. Todavia, não se pode descartar o assunto e, também, os títulos como elementos idôneos da pesquisa, pois em qualquer tipo de análise, faz-se de extrema importância apurar todo e qualquer detalhe na possibilidade de ser fonte de pesquisa para avaliar a qualidade do material.

A partir da amostragem inicial, que se representou cem por cento, os três artigos publicados que continham no título Universidade Aberta do Brasil, noventa e dois por cento com educação a distância e quatrocentos e um com políticas públicas, passou-se para a seleção do assunto dos mesmos, que resultaram no gráfico da Figura 1.

**Figura 1** – Artigos selecionados



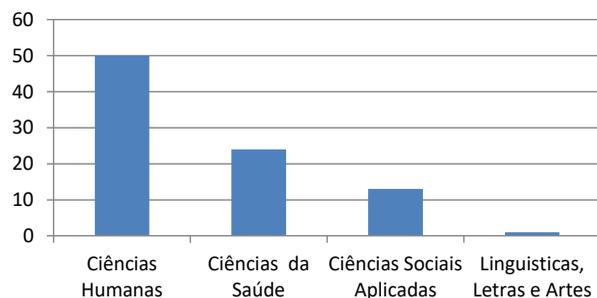
Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico da Figura 1 representa a quantidade de artigos que após avaliados no aspecto assunto puderam ser considerados como relevantes para a pesquisa feita. Dessa forma, a partir da amostragem de 100%, sendo considerados para a educação a distância, inicialmente, 92 artigos que após análise obteve-se 84, representando 91,30%. A partir do inicial de três artigos para Universidade Aberta do Brasil, são relevantes todos, representando 100%, e por fim, do total de 401, foram obtidos duzentos e setenta e seis para políticas públicas, representando 68,82%.

Outro elemento importante para análise é verificar em quais áreas do conhecimento os artigos selecionados se encaixam, tendo em vista a necessidade da pesquisa a ser feita, assim, fez-se uma análise entre os assuntos Universidade Aberta e as áreas de conhecimento, que mais recaem, a resposta foi nas Ciências Humanas, demonstrando as possibilidades de estudo

em âmbito interdisciplinar, como afirma Faria (2002) que “[...] a universidade constitui-se em espaço público [...]” que é campo das Ciências Humanas. Sendo que dos três artigos encontrados, dois estão nas Ciências Humanas e um nas Ciências Sociais Aplicadas. Representando que os três artigos são o total, obteve-se respectivamente 66,67% e 33,33%.

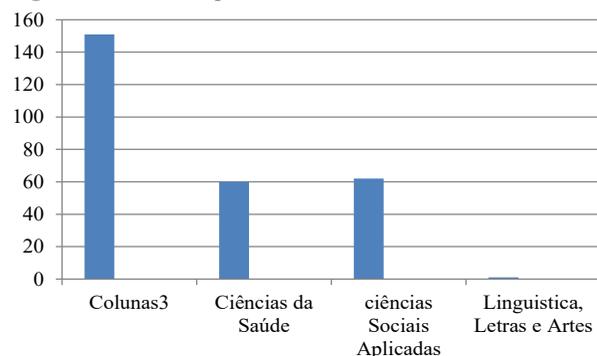
**Figura 2** – Educação a distância x áreas de conhecimento



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico da Figura 2 apresenta a predominância dos artigos na área de conhecimento das Ciências Humanas no tema EaD, em que se considerou a partir dos 84 selecionados, obteve-se 50 artigos nas Ciências Humanas, o que representa 59,52%, 20 nas Ciências da Saúde, representando 23,80%, 13 nas Ciências Sociais Aplicadas, que representa 15,47% e um nas Linguísticas, Letras e Artes, 1,19%.

**Figura 3** – Políticas públicas x áreas de conhecimento



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico da Figura 3 representa a relação entre as publicações das áreas de conhecimento com os artigos, que abordam as políticas públicas. Do total de 276, foram obtidos

**Quadro 3** – Síntese das publicações no período de 2001 a 2020

Ano	Autor	País	Área de Publicação	Base de dados
2001	BOTELHO, I.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2001	HOFLING, E.M.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2001	MARTINS, R.O.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2005	TATAGIBA, L.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2006	CORTES, S.V.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2006	SOUZA, C.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2006	RIBEIRO, M.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2007	NASCIMENTO, F.P.; CARNIELLI, B.L.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2008	SANTOS, S.Q.S.; MACHADO, V.L.C.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2008	SILVA, A.J.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2009	COSTA, C.J.; PIMENTEL, N.M.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes

Continua...

150 na área de Ciências Humanas, representando 54,34%; Ciências da Saúde sessenta, 21,73%; Ciências Sociais Aplicadas, 64, representando 21,18% e, por fim; Linguística, Letras e Artes, com um artigo, representando, 0,36%.

A partir da pesquisa feita nos Periódicos Capes se obteve o resultado do Quadro 2 em que se relacionaram as palavras a serem pesquisadas, como tópico, e a quantidade de artigos por ano.

**Quadro 2** – Periódico Capes- artigos por ano de publicação

Ano	Educação a Distância	Políticas Públicas	Universidade Aberta do Brasil
1995	0	1	0
1996	0	1	0
1997	1	1	0
1998	0	1	0
1999	2	1	0
2000	0	5	0
2001	5	5	0
2002	4	5	0
2003	4	7	0
2004	3	10	0
2005	2	2	0
2006	3	2	2
2007	4	5	0
2008	3	12	0
2009	6	4	3
2010	4	6	1
2011	3	3	1
2012	3	3	2
2013	3	3	1
2014	6	2	2
2015	46	378	53
2016	55	364	62
2017	46	316	75
2018	55	266	65
2019	39	371	44
2020	39	232	3

Fonte: dados da pesquisa.

No Quadro 3 é apresentado, em ordem cronológica, uma síntese das publicações utilizadas para a revisão da literatura. Relaciona ainda cada publicação ao país que se realizou a pesquisa e à área de publicação do mesmo.

Ano	Autor	País	Área de Publicação	Base de dados
2009	MIRANDA, C.E.A.M.; PRADO, G.T.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2009	SCHLÜNZEN, K.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2009	SEGENREICH, S.C.D.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2010	BORGES, A.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2010	NASCIMENTO, S.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2010	PEREIRA, T.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2011	JACOBSEN, A.L. et al.	Brasil	Administração	Periódicos Capes
2011	RODRIGUES, R.S.; TAGA, V.; VIEIRA, E.M.F.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2012	CARNEIRO, M.J.; DANTON, T.	Brasil	Ciências Sociais	SciELO
2012	KNEIPP, J.M. et al.	Brasil	Administração	Periódicos Capes
2012	SERRA, A.R.C.; MOURÃO, L.; COSTA, G.P.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2013	CUNHA, C.S.; REIS, A.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2013	GOMES, L.F.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2013	ISHIDA, J.S.; STEFANO, S.R.; ANDRADE, S.M.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2013	NEVES, S.; GONÇALVES, C.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2013	NUNES, J.B.C.; SALES, V.M.B.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2013	SILVA, R.L.S.; CAVALCANTE, F.; FREITAS, H. P.; LINS, M.T.G.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2014	NUNES, B.T.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2014	SILVA JUNIOR, A.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2016	BONE, L.W.	Brasil	Ciências Sociais	Periódicos Capes
2017	CONTI, C.L.A. et al.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2018	LAMÓGLIA, F.B.L.; BONETI, L.W.	Brasil	Ciências Humanas	Periódicos Capes
2019	PAIVA, F.M.P.; BRITO, S.H.A.	Brasil	Ciências Humanas	SciELO
2020	GONÇALVES, P.; NEVES DA SILVA, C.	Brasil	Administração	Periódicos Capes

Fonte: dados da pesquisa.

O século XXI vem marcando na área da educação pela EaD, que vem ampliar e possibilitar novas fronteiras do conhecimento.

Tem-se como diversos os benefícios associados com a EaD, como a flexibilidade de tempo, economia no deslocamento até o local de estudo, a moderação de seu ritmo de estudo, a interação com pessoas de diferentes culturas e experiências profissionais, além da oportunidade de estudar a partir de novas metodologias e tecnologias. No entanto, para que a experiência seja positiva, são necessários critérios para que seja válida a sua efetivação, como o credenciamento da instituição pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a metodologia aplicada para as aulas, a interação entre os recursos e os tutores, além do papel que estes exercem durante todo o processo de aprendizagem.

E como fruto do avanço das políticas públicas para democratização do Ensino Superior, tem-se a UAB, como resposta às necessidades e angústias da população que deseja uma educação sem custos e de qualidade, e como direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988. Conti et al (2017) declaram o avanço alcançado com as políticas públicas no tocante a UAB, pois trata-se de uma garantia e senso de responsabilidade social no sentido coletivo de organização.

Segundo Cunha e Reis (2013) existem vários estudos e discussões sobre a EaD, porém não se pode esquecer da importância que há nos modelos de planejamento instrucional para essa modalidade à distância, que é pontuada pelos autores como uma das causas do fracasso desse processo educativo. De nada adianta expandir a oferta da educação para pessoas que antes não poderiam estudar presencialmente, sem que se

pense o formato que as novas tecnologias de EaD venham a ser inseridas na própria prática.

Costa e Pimentel (2009) declaram que as Instituições públicas de ensino brasileiras vivem situação ímpar perante os novos desafios presentes impostos pela sociedade mundial. E citam como exemplo a globalização que impõe a competição econômica e que, por sua vez, influencia em todas as atividades da sociedade e a sociedade do conhecimento que emerge de forma muito rápida. Assim, tem-se a EaD, que notadamente vem incorporar todas essas necessidades de uso de novas tecnologias de informação e comunicação, para então, prover atendimento necessário.

Schlünzen (2009) afirma que os avanços tecnológicos dos últimos anos deram a EaD uma nova roupagem, pois alavancaram novas ações, principalmente, na questão da formação de professores. E o uso das tecnologias faz com que seja possível oferecer a formação docente em regiões menos favorecidas e mais necessitadas. Esses avanços, na EaD fazem com que o processo de ensino e de aprendizagem passasse a ser mediado por tecnologias digitais, em que alunos e professores se encontram separados espacial e/ou temporalmente. O fator espaço e tempo são determinantes, pois os sujeitos participantes desta modalidade de educação não compartilham do mesmo espaço e, não necessariamente, do mesmo tempo. No entanto, um fator de peso nessa modalidade é a forma de interação entre alunos e professores, que vem enriquecer o uso da tecnologia e a criação de ambientes de aprendizagem

realmente representativos.

Silva *et al.* (2013) reiteram que, ao longo da história, as universidades ocuparam lugar de destaque para o desenvolvimento econômico e social dos países. Assim, os autores abordam o tema como uma forma oportuna das transformações globais que estão ocorrendo na atualidade, que implicam em mudanças em todos os setores da sociedade e em todas as áreas do conhecimento e tendem a provocar mudanças nas organizações do mundo corporativo, incluindo as instituições universitárias Colossi e Bernardes (2007 *apud* SILVA *et al.*, 2013).

No Brasil, a modalidade a distância foi contemplada pelas políticas públicas para a educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996). Em 2005, foi criado o Decreto Federal nº 5.622/2005 (BRASIL, 2005) que regulamenta o artigo 80 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre a Educação a Distância no Brasil, definindo, em seu artigo 1º, a EAD como “[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação [...]” (BRASIL, 1996, s/p). Além disso, atualmente, a política pública que bem representa o contexto do Ensino Superior é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que conforme Nunes (2014) havia sido criado pelo Ministério da Educação, em 2005, e que tem por fim, basicamente, formar professores para a Educação Básica e, também, expandir a oferta de educação pública de nível superior.

Pereira (2010) afirma que o desenvolvimento de políticas públicas, como uma atividade do governo começou a aparecer a partir da Guerra Fria, com a valorização da tecnocracia. SOUZA (2006 *apud* PEREIRA, 2010) usa como definição de política pública [...] “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”, dessa forma a autora considera que as políticas públicas, do ponto de vista analítico, entrariam na área da Ciência Política. Porém, as políticas também podem ser entendidas como um campo da Sociologia e da Economia, o que demonstra um olhar múltiplo sobre seus objetos de estudo, uma vez que nos últimos anos tem-se vários modelos interpretativos sobre as políticas públicas.

Bone (2016) tem como entendimento que é importante considerar como raiz das políticas públicas o momento histórico e a necessidade daquele, ou seja, o contexto determina e produz as relações que devem ocorrer, como por exemplo, os interesses econômicos sociais e políticos além dos ideológicos das classes sociais e da sociedade civil.

Segundo Silva Júnior *et al.* (2014), o sistema federal de Educação Superior no Brasil é regulamentado pelo Governo federal, por meio do Ministério da Educação, que tem as políticas públicas como forma de zelar pela conformidade entre a oferta de Educação Superior no sistema federal e a

legislação aplicável.

Hofling (2001) aponta como fundamental ao tratar das políticas públicas, observar as chamadas “questões de fundo”, que segundo a autora, informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer. Assim, deve-se considerar também as relações entre Estado e políticas sociais, e a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico.

Ribeiro (2006) declara que há, atualmente, uma gama de estudos sobre o financiamento do Ensino Superior, abordado sob o aspecto das políticas públicas; ao contrário da escassez que aborde a aplicação dos recursos públicos para a Educação Básica, profissional e tecnológica. Lamóglia e Bonetti (2018) trazem um aspecto interessante quanto às políticas públicas, quando referenciam que essas têm produzido seus efeitos no que declaram na CF/88 que é o de proporcionar ao cidadão possibilidades educacionais, porém deixa de formar para o caráter de cidadania, apontando para um caráter técnico. Paiva e Brito (2019) declaram que o caráter educacional no que se refere às políticas públicas deve integrar todas as instituições brasileiras e internacionais, para fomentar a circulação e a ampliação do conhecimento científico, principalmente, nas áreas menos desenvolvidas em termos de tecnologia e inovação.

Botelho (2001) afirma que uma política pública não deve se confundir com algo aleatório, motivado por pressões específicas ou conjunturais, e nem mesmo com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas sim pensada como uma exigência dos gestores, que será capaz de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. Por isso, o planejamento dessas fará com que seja significativo e o Estado como seu fomentador verá a clareza dos problemas, que possam afetá-las.

Carneiro e Danton (2012) salientam que a tomada de decisão, no âmbito das políticas públicas, que visam regular ações do Estado que afetam a sociedade civil podem ocorrer de diferentes maneiras. Segundo os autores, é comum pensar que as políticas se originam de consenso, intuição, prática e pressões de grupos que sustentam grande parte das decisões de gestores públicos, porém as pesquisas mostram que existe uma procura a especialistas no embasamento da formulação de uma determinada medida pública. E isso quando ocorre, não é resultado de uma busca sistematizada, mas sim fruto da casualidade e da facilidade de acesso a obras e textos científicos, que servem para validar ou legitimar uma decisão já tomada (CARNEIRO *et al.*, 2010; UNESCO 2010; CARNEIRO; DANTON, 2012).

Borges (2010) cita a tipologia de Desposatto (2001) que, segundo sua visão, leva a uma falsa suposição de que os sistemas políticos dos estados mais ricos produzem políticas públicas de caráter mais universalista, e os Estados mais pobres

seriam, predominantemente, clientelistas. Sua justificativa se baseia na ideia de que os bens privados alencam de relações clientelistas. Porém, ao aceitar esta pressuposição, não há como garantir que a preferência por bens públicos irá garantir a implementação de políticas governamentais universalistas. O autor ainda exemplifica o que seriam os bens públicos – escolas, pontes etc – e ; os bens privados – discriminação entre municípios, vantagens; que teriam relação com o aspecto eleitoral, vislumbrado no Governo Lula, em 2005, que teve uma maior participação nas eleições nos Estados com incentivos públicos.

Para Souza (2006), os estudos sobre políticas públicas revelam que em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. Assim, a sua trajetória nasce como sendo uma raiz da ciência política, o que leva a entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Martins (2001) discute que os elementos norteadores dos discursos das políticas públicas do MEC, levam a perceber quais os pressupostos que levam a entender as relações entre indivíduo e sociedade que estão em sua base, tanto para explicar a ação individual como para explicar e justificar as intervenções “legítimas” do Poder Executivo no ordenamento dessas relações na sociedade.

O autor cita um documento-síntese das políticas até então adotadas pelo Governo Fernando Henrique, desde 1995, em relação a este nível de ensino, que se trata do documento *Enfrentar e vencer desafios: educação superior*, publicado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, em abril de 2000. Ainda, segundo ele, trata-se de um documento que tem o objetivo de ser, ao mesmo tempo, um documento que marca uma posição política e que divulga e defende as estratégias de políticas públicas adotadas no período pelo MEC, como que explicitando a existência de um divisor de águas entre o que havia antes e a “novidade” do que foi implementado.

Cortes (2006) apresenta um estudo de cinco autores sobre as políticas públicas, entre esses o de Monika Zulauf, sobre o “Ensino Superior e Desenvolvimento de Habilidades para a Empregabilidade: explorando a visão dos estudantes”, em que examina a visão dos estudantes em relação ao desenvolvimento das habilidades de empregabilidade no Ensino Superior. A autora relata que o estudo trata tanto das habilidades que já são desenvolvidas, quanto daquelas que os estudantes gostariam que o fossem. A maioria dos estudantes considera de igual importância o conhecimento sobre matérias variadas e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à empregabilidade. A ideia de apresentar este trabalho foi mostrar que as políticas públicas abrange uma gama de assuntos, e quão importante é a participação da população em todas as suas bases, uma vez que estas virão a colaborar para o aprofundamento da compreensão sobre essas, contribuindo para o surgimento de novas linhas de investigação e de reflexão teórica.

Tatagiba (2005) aborda a experiência dos conselhos gestores de políticas públicas que constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo. A autora cita cobrindo uma ampla gama de temas como saúde, educação, que valeria a pena investir mais na compreensão de conexões externas no que se relaciona às políticas públicas, não apenas como forma de identificar a desigualdade de recursos entre os segmentos que compõem os conselhos e o impacto dessa desigualdade sobre o processo deliberativo, mas também para avançar na compreensão do lugar que a participação nos conselhos ocupa na estratégia dos atores da sociedade civil como forma de encaminhamento de suas demandas.

Pois assim, será possível compreender se, e até que ponto, uma permeabilidade maior ou menor das instituições políticas influencia a decisão das organizações sociais de participar efetivamente nos conselhos, ou seja, seria importante analisar até que ponto organizações capazes de mobilizar redes de apoio político no poder Legislativo, no poder Executivo e/ou nos partidos estariam dispostas a investir suas “fichas” em canais públicos de deliberação, como forma de realização dos seus interesses.

Sob essa perspectiva, se poderia investigar a forma como os atores da sociedade civil combinam ou articulam suas várias frentes de atuação e o quanto valorizam de fato a participação em espaços como os conselhos. Isso porque, como a bibliografia vem demonstrando, no geral, as entidades indicam seus representantes e, então, se afastam do cotidiano dos conselhos, não demonstrando valorizar efetivamente esses canais.

Silva (2008) aborda um estudo feito no Estado de Goiás através das políticas públicas governamentais em 1999, em que havia sido implantado um programa de concessão de bolsas de estudos a alunos de baixa renda regularmente matriculados em instituições de Educação Superior do setor privado, o que demonstrou que a contribuição para a expansão do número de matrículas em cursos presenciais de graduação no Estado de Goiás, e a redefinição de toda a estrutura do campo da Educação Superior nesse Estado. De modo geral, essas políticas públicas foram traduzidas na interiorização do ensino via implantação de unidades ou polos universitários. O estudo revela, ainda, que as referidas políticas públicas do governo estadual destinadas à Educação Superior contribuíram para a redefinição das fronteiras entre o público e o privado nesse nível de ensino.

Nascimento (2010) aborda outro elemento importante, que é a intersetorialidade das políticas públicas, a qual passou a ser uma dimensão valorizada para se observar a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente, no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas. Para ela, a intersetorialidade é um requisito para que ocorra uma efetiva articulação entre instituições governamentais e a sociedade

civil.

Santos e Machado (2008) afirmam que as políticas públicas educacionais, que imperam na América Latina, desde os anos 1990, tenham favorecido as empresas multinacionais a grandes investimentos e lucros em nome da Educação. E fez com que os estudantes, outrora educandos, hoje considerados “clientes”, sejam merecedores de uma formação educacional pertinente aos desafios hodiernos.

Como elemento incorporador das políticas públicas se tem a Universidade Aberta do Brasil que, segundo Segenreich (2009), não é uma nova instituição educacional, pois não tem sede ou endereço, mas sim uma referência a uma rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a Educação Superior (compreendendo formação inicial e continuada), formada pelo conjunto de Instituições de Ensino Superior públicas (IES) em articulação e integração com o conjunto de polos municipais de apoio presencial. O Projeto Universidade Aberta do Brasil começou a ser viabilizado no final de 2005, momento em que se fez a chamada pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para a UAB. Em 8 de junho de 2006, o Sistema - UAB - foi oficialmente instituído pelo Decreto n. 5.800 (BRASIL, 2006), que estabelece seus principais objetivos e modelo de execução, destacando-se, em seu Art. 7º, a prerrogativa do MEC de implantar, acompanhar, supervisionar e avaliar os cursos do Sistema.

Ishida, Stefano e Andrade (2013) complementam que a UAB é um sistema integrado pelas universidades públicas, que oferecem cursos de nível superior, fazendo uso de metodologia da educação a distância, e que tem a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de programas e cursos a distância no País. Assim, este sistema proporciona a articulação, interação e efetivação de iniciativas para estimular a parceria entre os três governos, federal, estadual e municipal, com as universidades públicas e demais organizações. Até 2013, o site da UAB mostrava que havia 88 instituições que fazem parte, sendo universidades federais, estaduais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

Nunes e Sales (2013) complementam que o Governo Federal, por meio de decretos, regulamentou a EaD, e que o Ministério da Educação, por sua vez, implementou ações e criou projetos na perspectiva de consolidá-la. O sistema UAB, no âmbito do fórum das estatais pela educação, tem o propósito prioritário de formar professores da Educação Básica, cuja iniciativa se mostrou como resposta a, no mínimo, dois graves problemas do país: a falta de qualificação de professores e a dificuldade de acesso da população à Educação Superior.

Gomes (2013) reitera que a Universidade Aberta do Brasil foi criada pelos esforços do Fórum das Estatais pela Educação e se baseou nas experiências de consórcios nacionais para oferta de cursos superiores e de formação continuada. Iniciada como parte das ações do Programa Sociedade da Informação, do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Edumed,

um consórcio da Rede Nacional de Educação a Distância em Medicina e Saúde, e o Projeto Veredas, desenvolvido pela UFMG com foco na formação de professores.

Rodrigues, Taga e Vieira (2011) descrevem a natureza eletrônica e digital dos Repositórios Educacionais Abertos como geradores de novos limites para os próprios recursos e seus conteúdos, isto é, o conteúdo ou mesmo o recurso não está mais limitado ao seu suporte, não está mais fixo a uma estrutura, o recurso e seu conteúdo se desmaterializam, saem de um conceito estático para um dinâmico e vivo, que têm levado a outras questões, como a propriedade intelectual do material. Essa faceta mostra uma das realidades da Universidade Aberta do Brasil, que junto da EaD vem possibilitar infinitas possibilidades, que influenciam diretamente questões ligadas à sustentabilidade dos Repositórios Educacionais Abertos, como por exemplo: a questão da credibilidade, usos, autoria, reedição, estatísticas de acesso e avaliações.

Por fim, nota-se o vertiginoso aumento da EaD a partir do ano de 2015, que é apresentado no Quadros 1 e 2, tendo em destaque a quantidade de artigos nos tópicos da presente pesquisa, pelo fato da dinamicidade de recursos e sustentabilidade, quesitos aliados e necessários a contemporaneidade. Além disso, a educação sempre foi considerada um bem por oportunizar um enriquecimento cultural e transformar o acesso à escola incentivadas pelas políticas públicas nos últimos anos.

#### 4 Conclusão

Assim, partiu-se da visão de diversos autores que, após pesquisas sobre os temas, apresentaram seus estudos por meio de produções científicas, mostrando as tendências atuais desses conteúdos. Assim, o que se fez foi fazer um artigo de revisão para então colaborar para futuras produções no processo de construção e de implementação de novos estudos de ação, tendo em vista as reflexões que os artigos aqui reunidos possam eventualmente propiciar.

Notou-se que tanto as bases de dados Periódicos Capes e *SciELO* apresentam uma grande quantidade de artigos nos assuntos pesquisados e, principalmente, no Brasil, que foi o encontrado para esta pesquisa. Ficou evidenciado que a Educação a Distância é um tema do qual existe uma grande quantidade de material e, principalmente, ficou evidenciado que ainda muitas pessoas acreditam que a educação a distância (EaD) seja uma modalidade de ensino de baixa qualidade. E essa ideia está se transformando, já que os cursos oferecidos pela EaD estão sendo vistos como um meio de retornarem aos estudos, pois permitem o acesso por pessoas que possuem tempo limitado, e com a utilização da internet há possibilidade de uso em seus lares.

A partir das discussões realizadas se percebe que as novas formas de regulação da internet no Brasil, e a sua ampliação ao acesso da população às redes digitais, apontam para uma maior transparência das ações por parte do poder público, e uma ampliação das práticas colaborativas em atividades

acadêmicas e culturais.

Nas políticas públicas é notório o seu caráter multidisciplinar, e quão central é esse tema, já que pode ser aplicado em todas as áreas da sociedade. A cada estudo são abertos novos problemas e desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, sobretudo ao se considerar as discussões que ainda vigoram na administração pública. E com base na análise das informações dos artigos se percebeu que ainda há muito a se explorar, da mesma forma a administração pública tem prestado uma grande ajuda no que se relaciona aos atendimentos da população, pois a maioria dos artigos analisados tem como foco estudo de casos.

A interpretação dos artigos leva a crer na pertinência da relação entre Educação a Distância, políticas públicas e Universidade Aberta do Brasil, que se destinam ao desenvolvimento da educação e a democratização do Ensino Superior. Contudo, os resultados encontrados demonstraram que há a necessidade de mais estudos nos referidos temas, a fim de apontar possíveis arestas que estejam impedindo a obtenção de uma maior eficiência na execução das mesmas. É, pois, prudente colocar que esses estudos estejam longe de serem definitivos e prontos, ao contrário, buscam ser um impulso para que outros estudos, que envolvam análises de artigos ocorram. Um trabalho mais denso dedicaria atenção redobrada aos dados que foram analisados, expandindo o número de variáveis, buscando inclusive outras formas de correlação.

Nota-se que o tema Universidade Aberta do Brasil é, ainda, um tema a ser explorado, tendo em vista a quantidade de artigos encontrados, por isso, faz-se necessário uma exploração maior do tema, principalmente, como estudo de caso, visto ser uma política educacional que está espalhada por todo o Brasil e com grandes possibilidades de expansão para os próximos anos. Conclui-se que todos os temas possuem sua pertinência, e que os autores apontaram suas visões ambientadas no foco pretendido para a elaboração de suas produções, assim sendo, é imprescindível expor em estudos concretos. E embora a multiplicidade de opiniões nos assuntos abordados, são oportunas as relações feitas pelos autores, uma vez que representam as realidades encontradas associadas às teorias como embasamento de suas produções.

## Referências

BONE, L.W. Políticas públicas, direitos humanos e cidadania. *JURIS*, v. 26: p. 189-204, 2016.

BORGES, A. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. *Sociologias*, v.12, n.24, p.120-157, 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000200006>.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo Perspec*, v.15, n.2, p.73-83, 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. *Relatório da Comissão assessora para a educação superior a distância*.

Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005*. Diário Oficial: Brasília, 20 dez. 2005.

BRASIL. *Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006*. Diário Oficial: Brasília, DF.

CARNEIRO, M.J.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. *Sociologias*, v. 14, n. 30, p. 252-289, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000200009>.

CONTI, C.L.A. et al. Visões de diretoras de escola sobre políticas públicas e determinações legais educacionais. *Rev Bras. Pol. Adm. Educ.*, v.33, n.3, p.77 -790. 2017.

CORTES, S.V. Sociedade e políticas públicas. *Sociologias*, n. 16, p. 14-19, 2006. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200002>.

COSTA, A.B. (Org.) *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo: Instituto Polis, 2013.

COSTA, C.J.; PIMENTEL, N.M. O sistema universidade aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. *ETD*, v.10, n.2, p.71-90, 2009.

CUNHA, C.S.; REIS, A. A Educação a distância no contexto brasileiro e o modelo de produção de materiais didáticos: desafios a ação educativa. *ETD*, v. 15, n. 3, p. 455-473, 2013.

FARIA, V.E. Ciências sociais: razões e vocações. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v.17, n. 48, p.7-14, 2002. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100002>.

FREITAS, A.S.; BERTRAND, H. Ensino a distância no Brasil: avaliação de uma parceria universidade-empresa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. Anais. Salvador: ANPAD, 2006.

GONÇALVES, P.; NEVES DA SILVA, C. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. *Rev. Katálysis*, v.23, n.1, p.90-100, 2020.

GOMES, L.F. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação (Campinas)*, v.18, n.1, p.13-22, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100002>.

HEIDEMANN, F.G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (Org.) *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

HOFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES*, v.21, n.55, p.30-41, 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

ISHIDA, J.S.; STEFANO, S.R.; ANDRADE, S.M. Avaliação da satisfação no ensino de pós à distância: a visão dos tutores e alunos do PNAP/UAB. *Avaliação (Campinas)*, v.18, n.3, p.749-772, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000300012>.

JACOBSEN, A.L. et al. Autonomia do aluno na educação a distância: o caso do curso de administração a distância da UFSC. *Rev. GUAL*, v.4, n. 2, p.53-73, 2011.

KNEIPP, J.M. et al. Uma análise da produção científica brasileira sobre Educação. *Estudos do CEPE*, n.35, p.317-344, 2012.

LAMÓGLIA, F.B.L; BONETI, L.W.B. O preceito da cidadania

- nas políticas públicas educacionais no Brasil. *Perspectivas em Diálogo*, v.5, n.10, p.57-79, 2018.
- LEVY, Y.; ELLIS, T., A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. *Informing Scie. J.*, v.9, p.181-212, 2006.
- LINDE, Klaus; WILLICH, Stefan N. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. *J. Royal Soc. Med.*, v.96, n.1, p.17-22, 2003.
- MARTINS, R.O. Indivíduo e sociedade no discurso da política de ensino superior. *Sociologias*, v.3, n.6, p.94-120, 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000200006>.
- MELO, P.A.; BIANCHINI DE MELO, M.; NUNES, R.S. A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. *Rev. Ciênc. Adm.*. Santa Catarina: v.11, n.24, p.278-304, 2009.
- MIRANDA, C.E.A.; PRADO, G.T. Experiência de ead na formação de gestores educacionais: educação visual e construção de narrativas. *ETD*, v.10, n.2, p. 310-329, 2009.
- NASCIMENTO, F.P.; CARNIELLI, B.L. Educação a distância no ensino superior: expansão com qualidade? *ETD*, v.9, n.1, p.84-98, 2007.
- NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. *Serv. Soc. Soc.*, n. 101, p.95-120, 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>.
- NEVES, S.; GONÇALVES, C. Educação a distância: avanços históricos e legislação brasileira. *Rev. Têcer*, v. 6, n. 10, p. 15-30, 2013.
- NUNES, B.T. *O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): uma análise demográfica e correlacional do programa*. Brasília: UnB, 2014.
- NUNES, J.B.C.; SALES, V.M.B. Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. *Educ. Pesqui.*, v. 39, n. 3, p. 757-773, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000300013>.
- NUNES, I.B. Noções de Educação a Distância. *Rev. Educ. Distância*, n. 4/5, p.7-25, 1994.
- OLIVEIRA, R.P. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. *Rev Bras. Educ.*, v.11, p.61-74, 1999.
- PAIVA, F.M.P.; BRITO, S.H.A. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). *Avaliação*, v.24, n.2, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000200009>.
- PEREIRA, T. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? *Rev Debates*, v.4, n.2, p.10-31, 2010.
- PETERS, G.B. *American Public Policy*. Chatham: Chatham House. 1986.
- RIBEIRO, M. Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento. *Trab. Educ. Saúde*, v.4, n.2, p.259-289, 2006. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000200004>.
- RODRIGUES, R.S.; TAGA, V.; VIEIRA, E.M.F. Repositórios Educacionais: estudos preliminares para a Universidade Aberta do Brasil. *Perspect. Ciênc. Inf.*, v. 16, n. 3, p. 181-207, 2011. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000300012>.
- ROSA, F.G.M.G.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Cienc. Inf.*, v.35, n.3, p.183-193, 2006.
- SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev Bras. Fisioter*, v.11, n.1, p.83-89, 2007.
- SANTOS, S.Q.S.; MACHADO, V.L.C. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, v.16, n.58, p. 95-112, 2008. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362008000100007>.
- SCHLÜNZEN, K. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. *ETD – Educação Temática Digital*, v.10, n.2, p.16-36, 2009.
- SEGENREICH, S.C.D. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. *Pro-Posições*, v.20, n.2, p.205-222, 2009. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000200013>.
- SERRA, A.R.C.; MOURÃO, L.; COSTA, G.P. Gestão da educação a distância: sistema e estrutura organizacional diante do Enade. *Rev. GUAL*, v.5, n.4, p.228-252, 2012.
- SILVA, A.J. A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual. *Soc. Estado*, v.23, n.3, p.785-812, 2008. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000300020>.
- SILVA JÚNIOR, A. *et al.* Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, v. 2, n. 2, p.215-240, 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000100011>.
- SILVA, R.L.S. et al. A implantação do programa de universidades federais/reuni: um estudo de caso. *Revista GUAL*, v. 6, n. 4, p. 147-170, 2013.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v.8, n.16, p.20-45, 2006.
- SOUSA, D.; OLIVEIRA, L. H.; REZENDE, D. C. As relações entre confiança, valor e lealdade no contexto da educação a distância: um estudo de caso em uma universidade federal. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*. Salvador: ANPAD, 2006.
- TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. *Rev. Sociol. Polit.*, n. 25, p. 209-213, 2005. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200017>.
- UNESCO. 2010. *World Social Science Report*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/resources/reports/world-social-science-report>. Acesso em: 27 dez. 2020.